
Economia solidária e redes sociais: antigos fenômenos, novas feições

Solidary economy and social networks: ancient phenomena, new features

CÉLIA LUCIA DO ROSÁRIO BRAZ*
ONÉSIMO OLIVEIRA CARDOSO**

RESUMO

O conjunto de atividades econômicas organizadas sob princípios democráticos, bases cooperativas e práticas de autogestão é um fenômeno social que, embora antigo, vem apresentando novas feições e tornando-se um mecanismo gerador de trabalho e de renda para trabalhadores excluídos do mercado formal, viabilizando a melhoria de suas condições de vida. Também a ideia de redes existe desde longa data, mas sua importância foi impulsionada pelo desenvolvimento das tecnologias de comunicação, figurando hoje como um ícone da sociedade contemporânea. Com o objetivo de aproximar teoricamente esses dois conceitos, o presente ensaio clarifica as variadas terminologias que envolvem os empreendimentos solidários, aborda a gênese e a evolução histórica dos fenômenos da economia solidária e das redes sociais e, por fim, a partir da melhor compreensão desses fenômenos, discute a estreita relação entre ambos sob a ótica da Nova Sociologia Econômica, teoria na qual o econômico e o social estão interligados.

Palavras-chave: economia solidária, redes sociais, economia social, economia popular

ABSTRACT

The set of economic activities organized under democratic principles, cooperative bases, and self-management practices

* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. E-mail: brazcelia@uol.com.br .

** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. E-mail: o-cardoso@uol.com.br .

is a social phenomenon that, although being old, is gaining new features and becoming a mechanism that generates jobs and income for workers excluded from the formal market, thus enabling the improvement of their living conditions. The idea of networks is also long-standing, but its importance has been boosted by the development of communication technologies and ranks today as an icon of contemporary society. With the goal of theoretically approaching these two concepts, this essay clarifies the various terminologies involving solidarity enterprises, discusses the genesis and historical development of the phenomena of solidarity-based economy and social networks, and finally, from the better understanding of these phenomena, discusses the close relationship between them in the perspective of the New Economic Sociology, a theory in which economic and social features are intertwined..

Keywords: solidarity-based economy, social networks, social economy, popular economy

INTRODUÇÃO

Os fenômenos sociais não possuem uma única e conhecida origem. Também não surgem de súbito: resultam de morosos processos históricos. Muitas vezes, o que parece inédito, na verdade, recobre fenômenos antigos que foram modificados por novas condições sócio-históricas e que tornaram-se significativos para um número grande de pessoas, transformando-se em objeto de pesquisa, em foco de investimentos e até de divulgação na mídia. As atividades econômicas organizadas em bases cooperativas, sob princípios democráticos (“uma cabeça, um voto”) e de autogestão (as decisões essenciais são tomadas pelo coletivo), são um fenômeno originado no século XIX, que ressurgiu com novas e promissoras feições. Em situação análoga estão as redes sociais. Celebradas como um ícone da sociedade da informação e, para muitos, criadas por meio da rede digital de relacionamentos (Facebook, Orkut, LinkedIn etc.), na verdade seus primórdios podem ser encontrados séculos antes de Cristo.

Este ensaio propõe uma aproximação teórica entre as ideias de economia solidária e de redes sociais, discutindo o quanto esses fenômenos são longevos, quais transformações sofreram ao longo da história e como estão intimamente relacionados na atualidade.

As formas alternativas de organização econômica tratadas nesse artigo – economia social, economia popular e economia solidária – estão envoltas em verdadeira polissemia. Por essa razão, inicialmente serão apreciados os conceitos que envolvem essas terminologias. Em seguida, serão abordadas a origem e a gênese dos empreendimentos solidários, bem como a evolução histórica do conceito de redes. Por fim, sob a ótica da Nova Sociologia Econômica (NSE), cujos “construtos relevantes [...] permitem entender como as iniciativas econômico-sociais emergem de relações entre atores sociais relevantes, legítimos e reconhecidos em seus espaços de atuação confiáveis” (GONÇALVES-DIAS et al., 2012, p. 2), será discutida a relevância que as redes sociais têm para a continuidade e perpetuação dos empreendimentos solidários.

Em relação aos empreendimentos solidários, é pertinente abordá-los esclarecendo a procedência de “solidariedade”. Etimologicamente, o termo é uma deformação da palavra latina *solidum* que, entre os juristas romanos, servia para designar a obrigação que pesava sobre os devedores quando cada um era responsável pelo todo (LECHAT, 2002). Ou seja, a solidariedade é, em primeiro lugar, um fato e, depois, um valor, supondo uma dependência recíproca e, portanto, opondo-se à caridade, concebida como um dever unilateral. Enquanto o dever moral de assistência pressupõe uma situação de desigualdade, a solidariedade “indica uma relação de responsabilidade entre as pessoas unidas por interesses comuns, de maneira tal que cada elemento do grupo se sinta na obrigação moral de apoiar os demais” (MANCE, 1999, p. 17).

Nesse ponto, também é pertinente introduzir a noção de rede social. “O termo rede social refere-se ao conjunto de pessoas em uma população e suas conexões. O pressuposto básico é o das relações, da interação entre as unidades” (JUNQUEIRA, 2008, p. 94).

FORMAS ALTERNATIVAS DE ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA: CONCEITOS E TERMINOLOGIAS

Na literatura encontram-se diversas formulações e expressões que tentam abarcar as formas de organização econômica que visam ao enfrentamento de problemas sociais gerados principalmente pela evolução do desemprego estrutural em meio à crise do sistema ca-

pitalista. Dentre elas, abordaremos a economia social, a economia popular e a economia solidária.

ECONOMIA SOCIAL

Embora a expressão *economia social* seja, historicamente, uma das primeiras a serem utilizadas, sua definição é pouco precisa, pois durante um século e meio já serviu para referir-se a diversas realidades.

Para Guélin, a economia social

é formada por organismos produtores de bens e serviços, colocados em condições jurídicas diversas no seio das quais, porém, a participação dos homens resulta de sua livre vontade, onde o poder não tem por origem a detenção do capital e onde a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros. (GUÉLIN, 1998, p. 13).

Irion refere-se à economia social como

aquela que se fundamenta na organização dos trabalhadores em empresas que tenham por base a pessoa e não o capital, a democracia, a autogestão, o livre acesso e a solidariedade entre os atuais participantes e a solidariedade para os que virão no futuro depois dos primeiros associados. Empreendimentos deste tipo se caracterizam por individualizar o capital de cada sócio e por gerarem fundos indivisíveis entre os sócios, como solidariedade futura. (IRION, 1997, p. 39).

Segundo Souza (2010), em parte da Europa, a terminologia *economia social* é entendida como um fenômeno que inclui a economia solidária e o terceiro setor (entendido como sendo formado por organizações sem finalidade lucrativa). Entretanto, a expressão *terceiro setor* também não é um consenso internacional, pois, conforme esclarece França Filho (2002), os conceitos de economia social e de economia solidária estão inseridos em um contexto europeu (em especial, francês) e o termo *terceiro setor* é ligado principalmente ao contexto norte-americano (também chamado de *non-profit sector* ou *voluntary sector*).

Vale lembrar, entretanto, que a concepção de economia social é mais ampla do que a de *non-profit sector*, pois inclui um tipo de

organização que apura excedente financeiro: as cooperativas, que permitem a organização dos recursos dos trabalhadores para garantir a sobrevivência presente. Além destas, incorpora as mutualidades, que atuam diretamente na organização de fundos de sobrevivência futura, desempenhando um papel central na organização da saúde e da previdência social em vários países.

Irion esclarece que, embora se apresente como uma forma de economia que possui ideias próprias, a economia social utiliza-se de algumas características da forma capitalista, como a livre iniciativa de organização, a competição no mercado e a propriedade privada dos meios de produção (entendidos como sendo privativos de uma coletividade). Também apresenta traços da economia estatal, por não se caracterizar pelo lucro, por ser o bem-estar coletivo sua força motriz e por serem públicos os meios de produção (do coletivo dos participantes). Nessa união de características, a economia social fundamenta-se, sobretudo, em valores como o humanismo e a solidariedade, agregados à participação, à responsabilidade e à eficácia empresarial (IRION, 1997).

ECONOMIA POPULAR

O termo *economia popular* é utilizado para designar realidades sociais muito díspares daquelas existentes nas nações prósperas do hemisfério norte, como as dos países em desenvolvimento da África e América Latina (LECHAT, 2002).

O que se convencionou chamar de *economia popular*, ou economia de setores populares, são os inúmeros empreendimentos de caráter semifamiliar ou grupal (funcionando de maneira permanente, temporária, ou mesmo ocasional) que representam uma estratégia de sobrevivência e subsistência e uma forma de inserção no mercado (REIS, s.d.).

A economia popular apresenta, sinteticamente, cinco formas principais:

- microempresas, pequenos negócios de caráter familiar, individual, ou de dois ou três sócios;
- organizações econômicas populares que visam ao enfrentamento dos problemas econômicos, sociais e culturais mais imediatos;

- iniciativas individuais informais;
- atividades ilegais, isto é, aquelas realizadas à margem da lei e das normas culturais socialmente aceitas;
- soluções assistenciais e inserção em sistemas de beneficência pública ou privada.

Ou seja, a economia popular é constituída por “organizações econômicas de caráter mais imediato, preconizando soluções emergenciais e de subsistência” (REIS, s.d.) que, em geral, estão condicionadas a fatores de acomodação à ordem vigente. Apesar disso, a “solidariedade permanece a base fundamental” sobre a qual essas iniciativas se desenvolvem (FRANÇA FILHO, 2002, p. 16).

Na concepção de Reis (s.d.), a *economia solidária* e a *economia popular* são formas econômicas que se desdobraram a partir da *economia social*. Todavia, não há consenso na literatura em relação ao tema.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

Laville e Roustang propõem que o conceito de *economia solidária* busca abranger a originalidade de iniciativas da sociedade civil que não se encaixam na trilogia cooperativas, mutualidades e associações de grande porte (LAVILLE; ROUSTANG, 1999). Para França Filho (2002), a economia solidária é um conjunto de iniciativas que, apoiadas por atividades econômicas, busca a realização de objetivos sociais, concorrendo para a afirmação de ideais de cidadania. Essa proposição é corroborada por Razeto, para quem a economia solidária é

uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas [...], que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas. (RAZETO, 1993, p. 40).

De fato, hoje há um verdadeiro poliformismo de experiências econômicas solidárias que incluem, entre outras, cooperativas populares, clubes de troca, sociedades de microcrédito, comércio justo e empresas sociais (FRANÇA FILHO, 2002).

A economia solidária caracteriza-se como um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta, tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado, indicando a possibilidade de democratização da economia, bem como da promoção de vínculos sociais de ajuda mútua (LAVILLE, 2006). Como ressalta França Filho, a característica fundamental da economia solidária é “a articulação entre as dimensões econômica, social e política” (2002, p. 15).

Ao contrário do “capitalismo [que] está fundado numa relação social entre indivíduos desigualmente posicionados face aos meios de produção e às condições de posta [*sic*] em valor de sua capacidade de trabalho” (GAIGER, 2003, p. 188), a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, adotando formas comunitárias de propriedade e favorecendo relações nas quais o laço social é valorizado pela reciprocidade.

Na Europa, a economia solidária manifesta-se por ações socioeconômicas que objetivam atender às demandas sociais que o “Estado-provedor” não conseguiu suprir, ou seja, tem um caráter assistencial e compensatório.

Em resumo, e de modo preciso, a emergência de uma economia solidária europeia traduz-se por uma florescência de práticas socioeconômicas, visando propor, a partir de iniciativas locais, serviços de um tipo novo, designados sob o termo “serviços de proximidade” ou “serviços solidários” presentes. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 111-112).

Esses “serviços de proximidade” incluem, tanto atividades domésticas (como pequenos reparos e bricolagem) quanto prestação de serviços na área social, de educação etc. São experiências que reúnem usuários, profissionais e voluntários com o objetivo de reforçar a coesão social e melhorar a qualidade de vida e do meio ambiente local (FRANÇA FILHO, 2002).

Como visto, ainda que as concepções de economia social, economia popular e economia solidária apresentem determinadas particularidades, que na visão de França Filho são implicações do “próprio contexto ou lugar socio-histórico onde foram formulados cada um desses conceitos” (2002, p. 9), suas definições não são re-

dutíveis entre si. Ao contrário, possuem aspectos complementares e partilham a solidariedade entre seus participantes como traço comum. No presente artigo, optou-se pelo uso da terminologia economia solidária por ser aquela que compreende a atual diversidade de empreendimentos solidários existentes.

Embora um modo de produção seja “a forma estruturante de cada sociedade, pela qual são providas as suas necessidades materiais, em um dado estágio do seu desenvolvimento” (GAIGER, 2003, p. 187), há formulações mais otimistas que associam a economia solidária a um novo modo de produção não capitalista (TIRIBA, 1997) e que a idealizam como uma “resposta para os excluídos, como base de um modelo de desenvolvimento comprometido com os trabalhadores, como saída diante do aprofundamento das iniquidades, das políticas neoliberais, do próprio capitalismo” (GAIGER, 2003, p.183-184).

A crítica a essas formulações é que todas as formas alternativas de organização econômica descritas anteriormente dependem, para sobreviver, de uma pluralidade de princípios econômicos (princípio da troca mercantil, da reciprocidade e da redistribuição de riquezas), de recursos (recursos mercantis, não mercantis, monetários e não monetários) e de lógicas de ação (concorrência, cooperação) (LÉVES-QUE, 2009). França Filho (2002, p. 13) esclarece que as iniciativas solidárias são representantes do fenômeno chamado “hibridação de economias”, pois os recursos advêm do mercado, da sociedade e do Estado. Em outras palavras, nos empreendimentos solidários coexiste a venda de produtos/serviços em um ambiente concorrencial (princípio mercantil e recurso monetário), com o recebimento de algum subsídio público (princípio da redistribuição e recurso não mercantil) e com o trabalho voluntário (princípio da reciprocidade e recurso não monetário).

ECONOMIA SOLIDÁRIA – UM ANTIGO FENÔMENO

Ideologicamente, a economia solidária tem suas raízes nos socialistas utópicos, como Saint Simon e Robert Owen, que lutavam “pelo máximo de autonomia comunitária possível, dentro de uma reestruturação da sociedade” (BUBER, 1945, p. 27). Empiricamente, os primeiros empreendimentos solidários apareceram na Inglaterra,

em 1844, com uma cooperativa de consumo fundada por operários têxteis (SOUZA, 2010). As décadas seguintes viram surgir, por toda a Europa e América da Norte, as cooperativas de crédito, os balcões alimentícios e as cooperativas de produção criadas por operários ou artesãos que se negavam a tornarem-se proletários (SINGER, 2002). Já as cooperativas agrícolas e de poupança surgiram durante a crise de 1873-1895 como uma solução de sobrevivência encontrada pelos pequenos produtores (LECHAT, 2002).

Muito embora a economia solidária fosse originária de um movimento de combate à exploração capitalista, até a década de 1970 predominaram as cooperativas com poucos associados e muitos empregados, pois é possível a uma cooperativa contratar funcionários. Exemplo emblemático é a Corporação Cooperativa de Mondragón, iniciada em 1956 e que se tornou uma das maiores fabricantes espanholas de linha branca e de carroceria de ônibus, envolvendo mais de cinquenta mil trabalhadores espalhados em diversos países (SOUZA, 2010).

Durante a década de 1970, uma nova crise do sistema capitalista levou ao desemprego em massa e ao fechamento de inúmeras corporações. Nos EUA, esse movimento culminou no aparecimento de diversas iniciativas para salvar ou criar empregos por meio de empresas geridas pelos próprios trabalhadores, apoiados por alguns sindicatos progressistas (LECHAT, 2002).

A partir dos anos 1980, com as profundas mudanças econômicas e sociais que se instalaram em todo o mundo – reestruturação produtiva, abertura dos mercados nacionais, mudança do papel do Estado, reforma dos sistemas de proteção social e globalização – ocorre o crescimento do desemprego estrutural e, portanto, o agravamento das desigualdades e da exclusão social (REIS, s.d.). Concomitantemente, os inúmeros movimentos sociais e étnicos trouxeram uma nova visão do social, de sua relação com o econômico e da relação do homem com o meio ambiente (LECHAT, 2002). Como resultado, os movimentos de economia solidária ressurgiram e ganharam espaço como uma alternativa popular de contraposição aos problemas gerados pelo novo contexto econômico-social.

No Brasil, o surgimento deste “novo cooperativismo” ocorreria um pouco depois, como exposto mais adiante.

GÊNESE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

De acordo com Souza (2010), os imigrantes europeus que chegaram ao Brasil no início do século XX constituíram as primeiras cooperativas de consumo nas cidades, bem como as cooperativas agrícolas no campo. Atualmente, as cooperativas de consumo estão em processo de extinção, substituídas por novos modelos de varejo. Já as cooperativas agrícolas vêm se expandindo desde aquela época, tornando-se grandes corporações dos setores agroindustrial e comercial, vinculadas à Organização das Cooperativas do Brasil (OCB).

Na década de 1980, pequenos empreendimentos solidários (intitulados Projetos Alternativos Comunitários) desenvolveram-se, especialmente no Rio Grande do Sul, apoiados pela Cáritas Brasileira (entidade ligada à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB). Mas é a partir de 1990, em um contexto de elevado desemprego, que a economia solidária “ganha fôlego” no País (SOUZA, 2010).

A primeira experiência ocorre em 1991, quando os empregados de uma fábrica falimentar de calçados da cidade de Franca (SP) assumiram a direção da empresa. Em 1994, foi criada a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag). Em 1998, a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho) criou uma rede universitária de incubadoras de cooperativas populares que contava com 44 unidades em 2010 (LECHAT, 2002; SOUZA, 2010).

O apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT) ao desenvolvimento da economia solidária também foi relevante, tendo instituído em 1999 a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) (SOUZA, 2010). Em 2008, a ADS apoiava mais de 27 complexos cooperativos em diversos setores produtivos, que envolviam mais de 8 mil trabalhadores (LEITE, 2009).

Em 2001, durante o I Fórum Social Mundial, foi gerada a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, resultado da articulação de diversas entidades, redes nacionais e técnicos de órgãos públicos ligados à economia solidária (SOUZA, 2010). Entretanto, foi durante o governo do presidente Lula que o movimento recebeu maior impulso, com a criação, em 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Até hoje, a coordenação de tal órgão está a cargo do economista e professor Paul Singer.

Em suma, foi a partir da década de 1990 que as iniciativas solidárias despontaram nas políticas públicas e que um novo cooperativismo passou a fazer parte da realidade brasileira. É importante ressaltar que, apesar da nomenclatura, esse “novo cooperativismo” não é formado somente por cooperativas. Também fazem parte as empresas recuperadas de falência (autogeridas), os pequenos empreendimentos comunitários, as associações de trocas locais com uso de moeda social, as finanças solidárias (microcrédito, bancos populares), as associações de comércio justo e ético e as empresas sociais (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Como a observação da *práxis* deve sempre vir acompanhada pela pesquisa científica, vamos nos debruçar, a seguir, sobre o processo de construção e legitimação do campo de estudo da economia solidária no Brasil.

O que é denominado, atualmente, economia solidária, permaneceu imerso por décadas em termos como autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular (LECHAT, 2002). O conceito de economia solidária aparece pela primeira vez na literatura científica brasileira em 1993, no livro *Economia de solidariedade e organização popular*, organizado por Moacir Gadotti.

Entretanto, foi somente em 1996 que os brasileiros passaram efetivamente a escrever sobre o fenômeno utilizando o termo “economia solidária” por meio da publicação, por Luiz Inácio Gaiger, de uma coletânea de trabalhos apresentados no 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia. No prefácio encontra-se: “os empreendimentos solidários [...] reúnem, de forma inovadora, características do espírito empresarial moderno e princípios do solidarismo e da cooperação econômica apoiados na vivência comunitária” (GAIGER, 1996, p. 11).

REDES – UM FENÔMENO AINDA MAIS ANTIGO

Segundo Musso (2004), na Antiguidade, a ideia de rede já estava presente na medicina de Hipócrates, que associava rede à metáfora do organismo, no qual todas as veias se comunicam e escoam o sangue de umas para as outras. No Oriente, apresentou-se na cultura chinesa, à época do Confucionismo, por meio do *guanxi* – rede interpessoal de influência (BELL, 2000). Atualmente está presente nos

vários ramos do conhecimento – desde as ciências sociais (definindo sistema de relações) até a economia (redes financeiras internacionais), passando pela tecnologia (redes de telecomunicação) e pela biologia (MUSSO, 2004).

Originalmente associada aos sistemas de funcionamento do corpo humano, na virada para o século XIX (mesmo período do surgimento dos primeiros empreendimentos solidários) a rede muda de *status*: não é mais somente observada na natureza e passa a ser construída, organizada e formalizada por iniciativa de indivíduos ou grupos de indivíduos. A partir de então, passa a ser reconhecida como um conceito que pode ser definido e estudado cientificamente (MUSSO, 2004).

A formação do conceito moderno de rede recebeu grande contribuição das ideias do pensador francês Saint-Simon (Claude-Henri de Saint-Simon, 1760-1825), cuja linha de pensamento originou, também, os conceitos de economia solidária. Contemporâneo da transição do feudalismo aos primórdios do capitalismo, sua grande contribuição foi definir que a circulação em rede é a condição indispensável para a mudança social (MUSSO, 2004).

De acordo com Misoczky (2009), na década de 1930, a metáfora de rede foi utilizada pelo antropólogo Radcliffe Brown e desenvolveu-se em três campos: (i) análise sociométrica; (ii) padrões de relações interpessoais; e (iii) estrutura de relações comunitárias em tribos. Em função da ênfase dada por teóricos de Harvard aos fatores estruturais ligados à estabilidade e à coesão de comunidades, a rede passou a ser adotada como modelo de análise. Foi dentro desse contexto que a expressão “redes sociais” passou a ser utilizada. Embora objeto de pesquisas desde os anos 1930, como já mencionado, para Marteleto (2001) o trabalho realizado em rede passou a ser percebido como um instrumento organizacional somente nas últimas décadas.

No Brasil, o estudo de redes vem evoluindo e ganhando espaço nas publicações científicas da área de Administração de Empresas. Atesta essa afirmação a pesquisa bibliométrica realizada por Lima et al. (2012), que selecionou todos os artigos que apresentavam os termos “redes”, “rede social” e “parcerias” no título e que foram publicados, entre 2001 e 2011, em quatro conceituados periódicos: Revista de Administração Pública (RAP), Revista de Administração

de Empresas (RAE), Revista de Administração Contemporânea (RAC) e Revista de Organizações & Sociedade (O&S).

ENTENDENDO A REDE SOCIAL

Ao introduzir esse conceito, é preciso destacar que uma rede social não é um simples agrupamento de indivíduos ou instituições; ela “se constitui a partir da interação entre os sujeitos” (PINTO; JUNQUEIRA, 2009, p. 1092) que possuem um propósito comum ou que enxergam a possibilidade de ter um interesse atendido. Em outras palavras, a rede social estabelece-se a partir da existência de uma “relação social”. Segundo Weber (2004):

Por “relação” social entendemos o comportamento reciprocamente referido quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência. A relação social consiste, portanto, completa e exclusivamente na probabilidade de que se aja socialmente numa forma indicável (pelo sentido). (2004, p. 16).

Assim, as redes sociais representam “um conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados” (MARTELETO, 2001, p. 72).

As definições do tema são diversas, entretanto serão revisadas a seguir aquelas consideradas mais relevantes para a aproximação teórica com a ideia de economia solidária.

Para Borzel a rede social é

um conjunto de relações relativamente estáveis, de natureza não hierárquica e independente, que vinculam uma variedade de atores que compartilham interesses comuns [...] e que trocam entre si recursos para perseguir esses interesses comuns, admitindo que a cooperação é a melhor maneira de alcançar as metas comuns. (BORZEL, 1997 apud FLEURY; OUVENEY, 2007, p. 16).

Segundo Costa et al., a rede “é uma forma de organização caracterizada fundamentalmente por sua horizontalidade, isto é, pelo modo de inter-relacionar os elementos sem hierarquia” (2003, p. 73). De fato, em uma rede, a coordenação ocorre por normas so-

ciais informais, e não por regras burocráticas. Também não existe a personificação da autoridade, pois é interiorizada no grupo de uma forma que a auto-organização e a autogestão tornam-se possíveis. Ou seja, a rede pode ser descrita

como uma ordem espontânea que emerge do resultado das interações descentralizadas entre indivíduos e/ou organizações. Sem ser criada por qualquer autoridade, a rede surge e se mantém apenas pela vontade e interesse coletivo dos indivíduos que a compõem, do capital social acumulado no grupo. (JUNQUEIRA, 2008, p. 88).

Ainda sobre a rede social, pode-se acrescentar que “é uma estrutura não linear, descentralizada, flexível, dinâmica, sem limites definidos e auto-organizável, [que] estabelece-se por relações horizontais de cooperação” (TOMAÉL, 2005, p. 94). Já em relação ao funcionamento, as redes são estruturas abertas; capazes, portanto, de se expandir de forma ilimitada, integrando novos nós (pessoas, grupos ou organizações) estabelecidos por relações de reciprocidade, desde que estes tenham em comum os mesmos valores e/ou objetivos de desempenho (CASTELLS, 1999). Essa visão é compartilhada por Mance, que define rede como

uma articulação entre diversas unidades que [...] trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. (MANCE, 2002, p. 24).

Em síntese, a rede social é constituída por um conjunto de atores – indivíduos ou organizações – que trocam recursos entre si para atingir metas comuns. Trata-se de uma estrutura dinâmica, que não apresenta hierarquia ou autoridade formal, na qual os membros – além de aderirem por livre e espontânea vontade – participam das decisões em igualdade de condições. Embora tais características facilitem a prática da autogestão, as redes demandam intensa articulação entre seus participantes para serem efetivas na consecução dos objetivos partilhados.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E REDES SOCIAIS: UMA ESTREITA RELAÇÃO

Ao retomar a ideia de que a economia solidária é um “lugar de produção e de distribuição de riqueza, portanto, [...] mais um espaço econômico, isto é, um lugar de geração de emprego e renda” (FRANÇA FILHO, 2002, p. 9), será utilizada a Nova Sociologia Econômica (NSE) como ferramental teórico para compreender a conexão entre os empreendimentos solidários e as redes sociais.

Segundo Abramovay, “a sociologia econômica contemporânea procura trazer o conceito de redes dentro dos mercados, onde estes se estudam como resultado de interações sociais profundas” (2004, p. 44). De acordo com o conceito de imersão, Mark Granovetter (1992) afirma que “a ação econômica é socialmente situada; as ações individuais estão imbricadas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais; [...] as redes sociais são fonte da confiança necessária para o desenvolvimento econômico” (1992, p. 1157).

Como exposto anteriormente, a rede social organiza-se e se reproduz pelos atores que a constituem. Sendo estes atores racionais e possuindo intencionalidade, na visão de Granovetter (1992), a formação de redes deriva da ação econômica, da escassez de recursos e da conseqüente necessidade de maximizá-los. Por outro lado, como o próprio autor ressalva, os relacionamentos e vínculos sociais também influenciam e afetam a ação econômica.

Refletindo sobre essa premissa, de que toda ação econômica é também social, a continuidade e a perpetuação de um empreendimento solidário são viáveis somente por meio de redes sociais geradoras de cooperação, confiança e valorização dos seres humanos, pois a existência de solidariedade pressupõe a existência de relacionamentos pessoais recíprocos, sendo eles formados tanto por ligações fracas quanto fortes.

Nessa linha de pensamento, as redes podem trazer oportunidades para as iniciativas de economia solidária por meio da circulação de informações sobre atividades, sobre outras organizações, contatos de pessoas, além da redução de custos práticos. Ou seja, ao possibilitar a troca de conteúdo de interesse comum, que, além de informações, podem ser coisas tangíveis como bens e serviços (CARDOSO; GUIMARÃES, 2011), as redes sociais podem dar suporte logístico

e oferecer cooperação financeira aos empreendimentos econômicos solidários por meio da conexão dos vários elos da cadeia produtiva.

A ação em rede passa a ser indispensável para o sucesso de um empreendimento solidário, levando em consideração que é uma “forma de reduzir riscos, aumentar as capacidades que as pessoas teriam se não interagissem em rede e, adicionalmente, estabelecer governanças que não sejam hierárquicas e possam realizar a gestão de redes espalhadas por diversos locais físicos” (LIMA et. al., 2012, p. 1).

Por meio da ação em rede, os empreendimentos de economia solidária melhoram a provisão de bens e serviços, estabilizam a governabilidade e melhor articulam interesses plurais (FLEURY; OUVÉNEY, 2007).

Além disso, o fato de ser um sistema aberto, que se autorreproduz, torna as redes sociais ferramenta essencial para que a economia solidária transforme-se em uma forma econômica autossuficiente, como propôs Mance no livro *Redes de colaboração solidária - aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação* (2002).

Não obstante, vale salientar que a rede social não é um objetivo em si mesmo. Assim como os empreendimentos solidários, é uma construção coletiva que vai definindo-se à medida que é realizada (JUNQUEIRA, 2008).

Por fim, é preciso apreender que as redes sociais são um processo de transformação da sociedade e de sua capacidade de mobilização, já que

representam a capacidade de os movimentos sociais e as organizações de sociedade civil [...] concretizarem a construção de intersubjetividades planetárias, buscando consensos, tratados e compromissos de atuação coletiva. (JACOBI, 2000, p.156 apud FLEURY; OUVÉNEY, 2007, p. 21).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gama de abordagens relacionadas aos empreendimentos solidários que foram descritas neste artigo não se mostraram mutuamente redutíveis, ao contrário, apresentaram em comum o ideário da cooperação, da participação e da valorização dos aspectos social e humano em detrimento do econômico. Ou seja, a pedra angular

de todas as formas alternativas de organização econômica descritas é a solidariedade (entendida como uma relação de responsabilidade entre iguais que possuem interesses comuns).

Ao nos debruçarmos sobre o conceito de redes sociais, ficou claro de que não se trata de um artifício da tecnologia capaz de aproximar pessoas e organizações. Tampouco é um objetivo em si mesmo. As redes sempre existiram em nossa civilização e fomentam processos de transformação da sociedade por conta de sua capacidade de mobilização. Segundo Mizruchi, é preciso apreender que o conceito do trabalho em rede “seria a matéria principal da vida social: as redes concretas de relações sociais, que ao mesmo tempo incorporam e transcendem organizações e instituições convencionais” (2006, p. 73), ou seja, as redes são uma construção coletiva que vai definindo-se ao passo em que é realizada, da mesma forma que as iniciativas de economia solidária.

Ao tomar o referencial teórico da Nova Sociologia Econômica, que condiciona o comportamento econômico e as instituições às relações sociais e vice-versa, é possível compreender que a economia solidária viabiliza-se por meio de redes de cooperação e de confiança (tão necessárias ao desenvolvimento econômico). Adicionalmente, os empreendimentos solidários beneficiam-se das seguintes características das redes sociais: o exercício da auto-organização e da autogestão, já que a autoridade é interiorizada no grupo, e as oportunidades de circulação de informações e de redução de custos. No caso latino-americano, as redes sociais são ainda mais importantes para o desenvolvimento da economia solidária, na medida em que fornecem a condição necessária para o acesso e uso de recursos parcos e, muitas vezes, imbricados.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, v. 16, n. 2, 2004.
- BELL, D. Guanxi: a nesting of groups. *Current Anthropology*, v. 41, n. 1, p. 133-38, feb. 2000.
- BUBER, M. *O socialismo utópico*. São Paulo: Perspectiva, 1945.
- CARDOSO, F. C. B.; GUIMARÃES, L. O. Processo de formação e expansão de cluster: o caso do aglomerado de Ceres – GO. *Revista de Gestão – REGE*. São Paulo, v. 18, n. 4, p. 549-68, out./dez. 2011.

- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Trad. Roneide Venâncio Majer e Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COSTA, L. et al. (Coord.). **Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização**. Brasília: WWF-Brasil, 2003.
- FLEURY, S.; OUVÉNEY, A. M. **Gestão de redes: a estratégia de regionalização da política de saúde**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 9-73.
- FRANÇA FILHO, G. C.; Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**. Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, jun. 2002.
- FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- GAIGER, L. I. G. Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular? In: GAIGER, L. I. G. (Org.). **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo: Unisinos, 1996. p. 101-26.
- _____. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.
- GONÇALVES-DIAS, S.; RODRIGUES, A.; HERRERA, C. B. O social e o econômico: a contribuição da nova sociologia econômica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL – ENAPEGS, 5., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ENAPEGS, 2012.
- GRANOVETTER, M. Economic institutions as social constructions: a framework for analysis. **Acta Sociologica**, v. 35, p. 3-11, 1992.
- GUÉLIN, A. **L'invention de l'économie sociale**. Paris: Économica, 1988.
- IRION, J. E. **Cooperativismo e economia social**. São Paulo: STS, 1997.
- JUNQUEIRA, L. A. P. Gestão social: organização, parceria e redes sociais. In: CANÇADO, A. C. et al. (Orgs.). **Os desafios da formação em gestão social**. Palmas: Provisão, 2008. p. 87-103.
- LAVILLE, J. L. Ação pública e economia: um quadro de análise. In: FRANÇA FILHO, G. et al. (Orgs.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- LAVILLE, J. L.; ROUSTANG, G. L'enjeu d'un partenariat entre État et société civile. In: DEFOURNY, J. et al. **Economie sociale au Nord et au Sud**. Bruxelles: Deboeck, 1999. p. 217-38.
- LECHAT, N. M. P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. In: SEMINÁRIO DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES, 2., 2002, Campinas. **Anais...** Disponível em: <<http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2011.
- LEITE, M. P. A economia solidária e o trabalho associado: teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, n. 69, p. 31-51, 2009.
- LÉVESQUE, B. Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia. **Política & Sociedade**, v. 8, n. 14, p. 107-144, 2009.
- LIMA, C. M. P. et al. Redes Sociais e a produção acadêmica nas principais revistas brasileiras de administração no período de 2001 a 2011. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO - ENAPG, 5., 2012, Salvador. **Anais...** Salvador: Anpad, 2012.

MANCE, E. A.; **A revolução das redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Redes de colaboração solidária** - aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTELETO, R. M. Análise e redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001.

MISOCZKY, M. C. Abordagem de redes no estudo de movimentos sociais: entre o modelo e a metáfora. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, p. 1147-80, set./out. 2009.

MIZRUCHI, M. S. Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. **RAE - Revista Administração Eletrônica**, v. 46, n. 3, p. 72-86, jul./set. 2006.

MUSSO, P. A filosofia da rede. In: PARENTE, A. (Org.). **Tramas da rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas de comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2004.

PINTO, A. M. G.; JUNQUEIRA, L. A. P. Relações de poder em uma rede do terceiro setor: um estudo de caso. **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 5, out. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003476122009000500006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 1 out. 2012.

RAZETO, L. M. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Orgs.). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993. p. 34-58.

REIS, C. N. **Economia solidária**: um instrumento para inclusão social? s.d. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/e10-02.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2011.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, A. R. A economia solidária é uma miragem? In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS - ANPOCS, 2010, Caxambu. **Anais...** São Paulo: Anpocs, 2010. v. 1. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=370%3Aanais-do-encontro-sts-frs-e-mrs-&catid=51%3A34o-encontro&Itemid=350>. Acesso em: 18 mar. 2011.

TIRIBA, L. V. Los trabajadores, el capitalismo y la propiedad colectiva como estrategia de supervivencia y de sociedad: rastreando el debate histórico. **Contexto e Educação**, Ijuí, v. 46, n. 7, p. 7- 34, 1997.

TOMAÉL, M.; ALCARÁ, A.; DI CHIARA, I. Das redes sociais à inovação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, mar. 2005. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/642>>. Acesso em: 31 jan. 2012.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. v. 1. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília/São Paulo: UnB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

Recebido em: 27.2.2013

Aprovado em: 19.5.2013

Avaliado pelo sistema double blind review.

Editor: José Alberto Carvalho dos Santos Claro.

Disponível em <http://mjs.metodista.br/index.php/roc>